



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
勞工事務局  
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

(Tradução)

**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo  
Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Che Sai Wang**

Em cumprimento das orientações de S. Exa. o Chefe do Executivo, relativamente à interpelação escrita apresentada em 24 de Março de 2026 pelo Sr. Deputado Che Sai Wang, encaminhada através do ofício da Assembleia Legislativa n.º 0434/GSG/SAAL/2026, de 10 de Abril de 2026, e recebida em 10 de Abril de 2026 pelo Gabinete do Chefe do Executivo, vem a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) responder o seguinte:

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem sempre dado importância à promoção do emprego dos residentes, continuando a implementar diversas medidas de apoio adequadas. Com os esforços envidados pelos trabalhadores, empregadores, Governo e associações, a situação do emprego mantém-se geralmente estável. Os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos mostram que a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,2% no período entre Dezembro de 2025 e Fevereiro de 2026, registando uma diminuição de 0,1 pontos percentuais face ao período homólogo entre Dezembro de 2024 e Fevereiro de 2025.

No primeiro semestre de 2026, a DSAL continuará a lançar uma série de actividades específicas de emparelhamento de emprego, incluindo a realização de sessões de emparelhamento para o sector bancário, a organização de sessões de emparelhamento para empresas de ciência e tecnologia em cooperação com a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico, bem como a Feira de Emprego e Desenvolvimento Profissional da Primavera de grande envergadura e as sessões de emparelhamento de emprego para jovens recém-licenciados, em conjunto com a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude, proporcionando aos candidatos a emprego medidas de emparelhamento de emprego de vários canais, empenhando-se na promoção do emparelhamento entre os mesmos e os diversos tipos de ofertas no mercado. No primeiro trimestre de 2026, um total de 2 769 pessoas conseguiu emprego com ajuda das diversas medidas de emparelhamento.

A DSAL continua ainda a lançar, em conjunto com as grandes empresas, o Plano específico de “Emprego+Formação”, sob o regime de “primeiro contratação, depois formação”. Este plano abrange sectores como o turismo e lazer integrado, as finanças modernas e as telecomunicações, envolvendo uma variedade de postos de trabalho e, no futuro, irá continuar a abranger mais sectores diferentes, proporcionando assim oportunidades de emprego mais diversificadas aos residentes de Macau. Desde 2023 até ao final de Março de 2026, foram lançados 72 planos específicos, através dos quais mais de 1 000 pessoas obtiveram oportunidades de emprego e progressão na carreira.

A par disso, a DSAL tem sempre seguido o princípio de que a importação de



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
勞工事務局  
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

trabalhadores não residentes serve apenas para suprir a insuficiência de recursos humanos locais, e desde que os residentes tenham interesse e preencham os requisitos para o desempenho do cargo, as empresas devem dar sempre prioridade na sua contratação. Para o efeito, no tratamento dos pedidos de TNR's, a DSAL procede primeiro ao encaminhamento profissional e exige que as empresas contratem prioritariamente residentes qualificados, acompanhando posteriormente os resultados desse emparelhamento de emprego. Caso existam residentes adequados e que preenchem os requisitos para exercer as funções do cargo que a empresa pretende contratar, será indeferido o respectivo pedido de contratação de TNR's, salvaguardando assim a prioridade de emprego dos residentes.

Além disso, a DSAL continuará a avaliar a oferta e a procura de recursos humanos nos diversos sectores de actividade, ajustando, de forma razoável, o número de TNR's nos sectores e nas empresas, de acordo com as tendências de desenvolvimento económico de Macau e a situação do mercado de trabalho, e sobretudo nas empresas de lazer e nas empresas de grande dimensão onde há maior interesse por parte dos candidatos a emprego, será promovida de forma ordenada a saída dos TNR's. Em relação aos postos de trabalho de categoria mais baixa, que são menos procurados pelos candidatos a emprego, será procedida a apreciação de forma pragmática de acordo com as necessidades da mão-de-obra.

Por outro lado, o Governo da RAEM empenha-se no combate ao trabalho ilegal, no sentido de assegurar a ordem no mercado de trabalho de Macau e os direitos e interesses laborais dos residentes. A DSAL, como serviço competente para a fiscalização do trabalho, procede, no âmbito das suas competências, à fiscalização do cumprimento da “Lei da contratação de trabalhadores não residentes” e do “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal”. A fim de elevar ainda mais a eficácia da aplicação da lei, a DSAL recolhe informações sobre o trabalho ilegal a partir de vários meios, incluindo a tomada de iniciativa para a fiscalização das informações relacionadas com o trabalho ilegal nas plataformas *online*, e continua a aprofundar o mecanismo de cooperação interdepartamental, reforçando as inspecções conjuntas e a partilha de informações com os serviços competentes relevantes. Ao mesmo tempo, tem promovido e aprofundado continuamente as acções de sensibilização e divulgação jurídica, tal como a realização de palestras específicas destinadas às entidades operadoras do sector de convenções e exposições e às entidades operadoras dos locais de realização de eventos, apresentando sugestões sobre o uso de cartões de identificação e alertando essas entidades para uma boa gestão dos seus trabalhadores, com o objectivo de aprofundar o conhecimento e a valorização, por parte do público em geral, das disposições legais relativas ao trabalho legal em Macau.

A DSAL dispõe ainda de um mecanismo de denúncia por vários canais, nomeadamente por telefone, e-mail e via postal, a fim de facilitar a denúncia do trabalho ilegal por parte dos cidadãos. Qualquer acto irregular será punido de acordo com a lei, sem



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
勞工事務局  
Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais

qualquer margem de tolerância. Em 2025, a DSAL efectuou um total de 683 acções inspectivas independentes e conjuntas, tendo aplicado sanções administrativas a 668 pessoas por prática de trabalho ilegal (“exercício de funções em local/ para empregador diferentes do autorizado”, “exercício de funções alheias às autorizadas”, trabalhador ilegal), das quais, 383 eram entidades empregadoras e 285 eram não residentes, tendo o montante total das multas sido de 6 milhões de patacas.

O Gabinete do Secretário para a Segurança manifesta que a Polícia está muito atenta ao aparecimento, em plataformas *online*, de casos suspeitos de recrutamento de não residentes ou estudantes não locais sob pretextos de “voluntários” ou “trabalhos voluntários” para exercício de trabalho ilegal sem a necessária autorização legal, com a intenção de contornar a legislação de Macau. A Polícia não só desenvolve, em tempo oportuno, através do mecanismo de cooperação, operações conjuntas de fiscalização direccionadas, como também irá desenvolver os procedimentos legais com vista à revogação da autorização de permanência dos trabalhadores ilegais e à aplicação da medida de interdição de entrada na RAEM, nos termos do artigo 36.º da Lei n.º 16/2021 (Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau).

A fim de reforçar os conhecimentos e o cumprimento da lei por parte dos estudantes e a sua consciência de segurança, especialmente no que diz respeito às actividades de falso voluntariado, para que não caiam nas armadilhas do trabalho ilegal, a Polícia também organiza regularmente actividades de divulgação jurídica.

O Governo da RAEM irá continuar a rever a situação da procura e oferta do mercado de trabalho de Macau, recorrendo a múltiplos meios para prestar uma assistência mais precisa aos residentes que procuram emprego, combatendo o trabalho ilegal nos termos da lei e reforçando acções inspectivas, envidando esforços para apoiar os residentes na manutenção de um emprego estável.

28 de Abril de 2026.

O Director da DSAL,  
Chan Un Tong